

# PROGRAMA DE GOVERNO DE RAMA DANTAS E EMANUEL CANDEIA PARA O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA



## Propostas para construir uma rebelião para os/as trabalhadores/as na Paraíba

### Introdução

Em meio à profunda crise econômica, política e social que vive o Brasil e a Paraíba, dois projetos diferentes são apontados. O dos ricos e poderosos, com apoio da mídia e de organizações traidoras que estão no meio da classe trabalhadora, apresentam as eleições como a solução para todos os males. O outro projeto é defendido pelo **PSTU** que neste programa e neste processo eleitoral conclama a todos (as): **organizar os de baixo para derrubar os de cima através da ação direta, com uma rebelião social**. Só assim vamos mudar de verdade nossas vidas.

As eleições são o terreno da burguesia. É um processo antidemocrático fraudulento, no qual impera o privilégio o tempo de TV e rios de dinheiro de banqueiros e grandes empresários para os partidos que governam há muito tempo. O voto do povo só tem servido para legitimar a exploração capitalista e a desigualdade social .

As eleições não vão mudar a vida. Só uma revolução socialista, que liberte o país da dominação do imperialismo e ponha fim as grandes propriedades capitalistas, pode mudar o Brasil e a vida do nosso povo pobre. Esse é o único caminho que pode nos libertar desse cativo social.

### 1. Romper com a dívida pública

O Governo Federal gasta anualmente quase metade de todo o seu Orçamento no pagamento da dívida pública. Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, em 2017 o pagamento de juros e amortizações (pagamento de parcelas) da dívida (interna e externa) consumiu 39,7% de todo o orçamento. Ou seja, de tudo o que o governo arrecada em impostos, boa parte vai para os bolsos dos banqueiros e investidores internacionais. O mecanismo da dívida é um dos principais instrumentos de submissão do país ao capital financeiro internacional. Só rompendo com a dívida pública teremos recursos para investir em saúde, educação, transporte público e saneamento básica. A dívida pública brasileira, segundo a Auditoria da Dívida Cidadã publica, em seu site representava, em dezembro de 2017, **R\$ 2,7 bi/dia**. Uma quantia inimaginável e absurda, que poderia ser carregada para resolver os graves problemas de nossa classe, mas que está indo para encher os bolsos dos banqueiros e grandes empresários de nosso país.

Os bancos internacionais também lucram com as altas taxas de juros oferecidas pelo governo, uma das mais altas do mundo. Isso atrai o capital especulativo (os recursos dos bancos e fundos de investimento que entram no país só para se beneficiar desses juros), que engordam aqui antes de irem embora. Isso é uma forma de drenar os recursos do país. O

sistema financeiro, ou seja, os bancos, públicos e privados, também servem para transferir os recursos da população através das taxas de juros escorchantes praticadas aqui, para os banqueiros. A festa do crédito barato dos últimos anos se mostrou uma verdadeira armadilha, e agora o nível de endividamento das famílias chegou a **60,2%**, em abril deste ano, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). No Brasil de Dilma e Lula, os bancos lucraram mais que qualquer outro setor, e continuam sua farra financeira nos tempos de Temer.

Na Paraíba, a situação não é diferente. O governo Ricardo Coutinho também trabalha para satisfazer e aumentar os lucros dos banqueiros e grandes empresários. Em todo seu governo, assistiu-se um verdadeiro festival de isenções fiscais, destinadas a satisfazer tão somente os grandes empresários de nosso Estado. Só em 2019, as isenções fiscais representarão cerca de R\$ 2 bi, já constando no orçamento votado e aprovado pelos/as deputados/as estaduais paraibanos/as. Enquanto isso, no mesmo período, o governo Ricardo Coutinho conseguiu fechar cerca de 300 escolas em todo o Estado e construiu algo em torno de pouco mais de 1% desse total. Nesse ínterim, não se ouviu falar de alguma ação governamental contra eventuais sonegadores de impostos.

Assim, do mesmo jeito que no plano nacional, é **fundamental** romper com este esquema vicioso e viciado, que visa única e exclusivamente beneficiar alguns, em detrimento da resolução dos graves problemas sociais que nosso povo enfrenta no seu cotidiano de vida. Qualquer candidatura que afirme que irá desenvolver o Estado e melhorar as condições de vida de nosso povo e, ao mesmo tempo, se compromete a manter essa ciranda financeira, estará **mentindo** para nosso povo.

## **2. Estatização do sistema financeiro**

É necessário estatizar todo o sistema financeiro e acabar com a farra dos bancos, que lucram ao custo do endividamento dos mais pobres. É possível acabar com os juros escorchantes, ter o controle de capitais externos e impedir a fuga do capital especulativo, assim como a remessa de lucros das grandes multinacionais, e dispor esses recursos para suprir as necessidades da maioria dos trabalhadores e do povo pobre.

## **3. Reestatização de todas as privatizações sob controle dos trabalhadores**

Defendemos a reestatização de todas as privatizações levadas a cabo durante os últimos governos neoliberais, sob controle dos trabalhadores. Várias foram as marcas desse processo de desnacionalização e entrega do patrimônio nacional ao capital privado e estrangeiro. Collor com o fim da RFFSA, Itamar com a venda da CSN e Usiminas, FHC com a entrega ao capital internacional de verdadeiros símbolos nacionais, como a Vale do Rio Doce, vendida a um preço bem abaixo de seu real valor em 1997, Lula e Dilma com os vários leilões de poços de petróleo, a exemplo de Libras, assim como fizeram com outras empresas, como os Correios, com a MP 532 e também com os Hospitais Universitários, através da criação da EBSEH. Defendemos a reestatização dessas empresas, sem indenização, para que possam servir aos interesses do país e da grande maioria da população trabalhadora.

Na Paraíba, defendemos a reestatização do patrimônio da classe trabalhadora paraibana, que foi destruído pelos sucessivos governos estaduais. Por causa da rapina feita por governos como Maranhão, Cássio e tantos outros, perdemos o Paraiban, a Saelpa e a Telpa. A Cagepa ainda não foi privatizada, mas está na mira dos atuais candidatos privatizantes, que continuam preparando o terreno para esta ação, tendo em vista o altíssimo nível de sucateamento porque passa a empresa estatal de água e saneamento.

A prática empreendida pelo atual governo estadual, com o episódio da instalação da Organização Social (OS) Cruz Vermelha Brasileira administrando o Hospital de Trauma de João Pessoa sinaliza bem o que Ricardo Coutinho representa para o nosso povo, no que diz respeito à entrega de nosso patrimônio para os empresários e banqueiros.

Defender o patrimônio público, sob controle dos trabalhadores, esta é nossa bandeira!!!

#### 4. **Aumento geral dos salários e congelamento dos preços**

A inflação corrói os salários dos trabalhadores. O aumento dos preços, sobretudo dos alimentos, atinge principalmente os mais pobres. A inflação funciona, na prática, como uma redução salarial por parte dos patrões, uma espécie de confisco de parte dos salários dos trabalhadores através do preço dos produtos. Não é, como afirma o governo e boa parte da imprensa, produto do clima, mas uma forma de aumentar os lucros das empresas. Para enfrentar a inflação, defendemos aumento geral dos salários e o congelamento dos preços dos produtos.

#### 5. **Revolução agrária no campo sob controle dos trabalhadores**

Uma verdadeira reforma agrária, que se encontra paralisada desde o governo Dilma, chegando ao governo Temer, pode garantir alimentos de qualidade para a população a um preço mais barato, além de garantir trabalho aos sem-terra e suas famílias. Para isso, é preciso enfrentar o latifúndio agroexportador. E como iremos fazer isso? Traçar uma política de convivência dos povos sertanejos com o semiárido, bastando aplicar medidas simples como o projeto apresentado pela Articulação do Semiárido (ASA-Brasil), que desenvolve um programa de um milhão de cisternas na região seca do Nordeste e, junto com isso, acabar com a concentração de terras nas mãos dos “coronéis” que ainda controlam essa região do país e na Paraíba.

Outro dado lamentável que assola a questão agrária, no Brasil e na Paraíba, é a violência brutal contra trabalhadores/as rurais. Isso se deve, em grande parte, à concentração de terras nas mãos dos latifundiários. Em nosso Estado, não é difícil perceber a predominância de famílias oligarcas proprietárias de grandes extensões de terras e, agora, mais recentemente, do agronegócio, detentoras do poder local e estadual. No Brasil, menos de 1% dos proprietários agrícolas possuem 45% da área rural de nosso país. Esses senhores latifundiários concentram em suas mãos 43% do crédito agrícola oferecido pelo Estado brasileiro. Este é o quadro atual de nosso país, reproduzido em todos os demais Estados, inclusive a Paraíba, com maior ou menor variação. Infelizmente, esta concentração de terras produz, como um de seus efeitos, a violência extrema que se encontra hoje colocada os/as trabalhadores/as no campo.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), no Brasil, em 2017, foram assassinados em conflitos no campo 65 pessoas, muitas delas com requintes de crueldade. Uma ONG britânica, de nome **Global Witness**, divulgou recentemente um estudo aonde coloca o Brasil como o país mais violento do mundo no campo, em relação à matança de trabalhadores/as, comparando-o a outros 22 países estudados.

Na Paraíba, apesar de não termos, dados atualizados sobre esta questão nos últimos anos, jamais esqueceremos àqueles (as) trabalhadores (as) rurais paraibanos como Margarida Maria Alves, João Pedro Teixeira, Nego **Fuba** todas elas lideranças camponesas, perseguidas e assassinadas pelo latifúndio. Afirmamos, quase nada mudou. Continuamos vivendo em um Estado com grande concentração de terras e enorme violência que ainda assombra os/as trabalhadores/as do campo. Por isso, **Rama Dantas e Emanuel Candeia** do **PSTU** defendem o direito à autodefesa dos/as trabalhadores/as pelo direito à vida e à terra,

contra a matança da qual são vítimas, fruto da presença armada dos jagunços contratados pelos fazendeiros e forças paramilitares a serviço dos oligarcas latifundiários em nosso Estado.

Na Paraíba, infelizmente, a realidade não se diferencia do que ocorre no resto do país. Segundo o TCE/PB, de 2009 para cá, o orçamento estadual para a rubrica “organização agrária” vem diminuindo ano após ano. Em 2009, a verba para isso era de pouco mais de R\$ 10 milhões; em 2013, foi de pouco mais de R\$ 9 milhões. Em cinco anos, uma redução de cerca de 6%! Para se ter uma ideia do “compromisso” desse governo com a reforma agrária em nosso Estado, em 2013 se investiu pouco mais de R\$ 430 mil em redistribuição e regularização fundiária. Só para comparar: essa quantia equivale a 0,2% do gasto com a amortização da dívida. **Basta!**

**Revolução agrária sem indenização, sob controle dos trabalhadores! Terra para quem nela trabalha!**

#### **6. Por um plano de obras públicas, sob controle dos trabalhadores, para resolver o problema do desemprego**

A crise capitalista mundial 2007/2008, só atinge o Brasil nos governos Dilma/PT. Assim, durante os anos de crescimento econômico no governo Lula/PT, ao invés de atender as reivindicações dos trabalhadores, deu-lhes migalhas e cedeu aos burgueses. Por sua conciliação de classes, hoje, paga a conta por suas escolhas.

Naqueles momentos, poderiam ter sido utilizados para erradicar completamente o desemprego no país e realizar todas as reformas para que o país necessita e romper com a submissão ao imperialismo.

No entanto e a partir da crise capitalista, a quase totalidade dos novos empregos criados nos últimos anos são os empregos com os salários mais baixos e precarizados. Os trabalhadores de setores como a indústria, por exemplo, sofrem com jornadas extenuantes e o aumento das horas extras, sem falar na estagnação econômica, aliada à desindustrialização e recessão vivenciada nos últimos anos. Os empregos criados nos últimos tempos, por sua vez, foram “por água abaixo” com a propostas da “terceirização” e “reforma trabalhista”, aprovadas pelo governo Temer, onde com a criação da jornada intermitente, por exemplo, ampliaram o grau de precarização e semiescavidão da classe trabalhadora, chegando à beira do insuportável. Por isso, acreditamos que, reduzindo a jornada de trabalho das atuais 44h para 36h semanais, sem redução nos salários, será possível abrir novos postos de trabalho e melhorar as condições de trabalho dos já empregados.

#### **7. Não às reformas do governo Temer e de seus aliados nos Estados**

O governo Temer ficará marcado na História como um dos que mais atacaram os direitos e conquistas da classe trabalhadora, arduamente obtidos com muitas lutas ao longo de anos e até, em alguns casos, séculos. Antes dele, vários governos tentaram, sem êxito, conseguir tais, coisa que Temer, com a ajuda não apenas deste Congresso corrupto e da justiça burguesa, mas, também, de boa parte das direções traidoras da classe trabalhadora.

Infelizmente, boa parte do receituário das “reformas” aplicado por Temer vem de outros governos, inclusive do PT. Temer, em alguns casos, apenas deu continuidade a estes duros ataques à nossa classe. Isso porque Temer, Meirelles, Padilha, Moreira Franco e cia, possuem ligações íntimas com o capital nacional e internacional e só a eles devem satisfação. Daí porque apesar de, em algumas pesquisas, Temer possuir apenas 1% de popularidade, ele

continua aplicando o “pacote de maldades” contra os/as trabalhadores/as, ao mesmo tempo que alivia e resguarda a situação dos ricos e poderosos. Não à toa, recentemente, foi divulgado o dado de que 6 brasileiros possuem a mesma riqueza de 100 milhões mais pobres em nosso país. Isso é o capitalismo, isso é o governo Temer. Mas, isso é também o resultado de anos e anos de extrema concentração de renda no Brasil. Na Paraíba, isso não é diferente. Quando o governo Ricardo Coutinho consegue aprovar, na Assembleia Legislativa, um orçamento para 2019, que prevê uma **isenção fiscal de cerca de R\$ 2 bi**, destinada aos grandes empresários deste Estado, está sendo gerada, neste momento, uma concentração de renda num dos Estados mais pobres do país.

As “reformas” do governo Temer – e não foram poucas – mexeram em muitas áreas e afetam a vida de milhões de trabalhadores/as. Desde a questão do “novo ensino médio” até a “reforma trabalhista”, passando pela nova BNCC (Base Nacional Curricular Comum), chegando na “lei da terceirização”, bem como, o polêmico do projeto “Escola Sem Partido”, sem falar no debate sobre a “reforma da previdência” – destruidor de vidas presentes e futuras.

O **PSTU** é rechaça terminantemente contra não apenas contra as “reformas” levadas a cabo pelo atual governo Temer e seus aliados nos Estados.

Por isso, o **PSTU** irá revogar todas as “reformas” contra os direitos e conquistas da classe trabalhadora feitas na Paraíba.

## 8. Estatização dos transportes

O principal problema que desatou as Jornadas de Junho foi o caos e a precarização do transporte público que, além de ser um dos mais caros do mundo, submete a grande maioria do povo pobre e os trabalhadores a um inferno diário. Isso é causado pela lógica privatista dos serviços, que beneficia os lucros das grandes concessionárias. Só um transporte estatal, sob controle dos trabalhadores, pode garantir um serviço barato, a preço de custo e de qualidade social. Exigimos ainda 2% do PIB em investimentos no setor que, segundo os movimentos sociais, seria suficiente para expandir o sistema de transporte, beneficiando o sistema metro ferroviário, mais barato e eficiente que o rodoviário.

Na Paraíba, o principal meio de transporte da classe trabalhadora é o ônibus coletivo assim como urbano, especialmente em João Pessoa e Campina Grande. Em ambas as cidades, o serviço é de responsabilidade das prefeituras locais, que oferecem tais serviços a empresas privadas sob concessão pública. Em ambas as cidades também, o serviço oferecido aos/às trabalhadores/as é caro e precário. Em ambas as cidades, assim como em todo o Estado, tais serviços não é oferecido pelo poder público. Mas, nem sempre foi assim.

A Paraíba teve a experiência de uma empresa estatal de ônibus urbano, com linhas principalmente, na capital, a SETUSA. Fruto da mobilização estudantil e popular, essa empresa representou um passo além do que estabelece a legislação, que preconiza a responsabilidade dos governos municipais para este tipo de transporte. Com a SETUSA, foi estabelecido o passe livre para estudante e desempregados; a tarifa de metade do valor para toda a população e as linhas circulares, que evitavam a troca de ônibus durante o trajeto. Como não houve a eliminação das demais empresas de ônibus, que prestavam tal serviço sob o controle da prefeitura. Em 1996, sob o rótulo de “terceirização”, a empresa passou para o controle da Transnacional. O **PSTU** pode falar com propriedade desse momento histórico da luta de nossa classe, pois a candidata **Rama Dantas** foi uma das lideranças desse processo, que é preciso não apenas resgatar, mas também recriar.

Um outro meio de transporte muito usado pelos/s trabalhadores/as da Paraíba é o trem urbano, especialmente na rota que vai que Cabedelo a Santa Rita, passando por João Pessoa e Bayeux, atravessando periferias como o Renascer (em Cabedelo) e Mandacaru (em João Pessoa). Depois de muitos anos, a passagem aumentou em 100%, passando de R\$ 0,50 para R\$ 1,00. Importante destacar que o transporte ferroviário já teve importante papel no estado para transporte de pessoas e produtos, mas foi, paulatinamente, desativado, nas últimas décadas, com trechos abandonados, estações desativadas, linhas férreas destruídas. Resta uma linha de trem da CBTU, que cobre uma parte da Região Metropolitana. As duas antigas ferrovias, como a Rede Ferroviária do Nordeste e a Rede de Viação Cearense foram praticamente desativadas. O governo federal, seguindo a lógica da privatização, concedeu o controle da Rede Ferroviária do Nordeste para a Companhia Ferroviária do Nordeste, atual Transnordestina Logística S/A.

Por isso, **Rama Dantas e Emanuel Candeia** defendem a estatização do sistema de transporte, para que seja público, com valor de tarifa social e de qualidade para os trabalhadores, imediato congelamento das passagens e auditoria das empresas, passe livre para os desempregados e estudantes e regulamentação do transporte alternativo.

#### **9. Educação pública, gratuita, democrática e de qualidade sob controle dos trabalhadores: professores, funcionários, pais e alunos.**

Outras das reivindicações que levaram milhões às ruas em junho de 2013 foram Saúde e Educação. **Lutamos por 10% do PIB para a Educação, Já!** Não vamos esperar 10 anos, como prevê o Plano Nacional de Educação do governo e seus agentes políticos e pelegos. Iremos debater com as entidades e movimentos sociais dos trabalhadores em educação as alternativas para tirarmos a Paraíba dessa situação precária da educação pública. A Paraíba possui, hoje, um dos mais alto índices de analfabetismo de todo o país, sem falar nos índices de evasão e repetência, além de oferecer precárias condições para os/as trabalhadores/as em educação exercerem suas atividades. Isso, apesar da maquiagem feita pelo governo estadual nas escolas estaduais, através de “reformas” que, muitas vezes, não passam de maquiagem..

Ao mesmo tempo em que faz isso, governo Ricardo Coutinho vem implantando a terceirização nas escolas através das Organizações Sociais – OS.

É preciso acabar com as privatizações via OS.esta farra com o dinheiro e fazer com que O **PSTU e seus candidatos** defendem o fim das OSs e que o dinheiro público seja utilizado única e exclusivamente apenas na rede pública estadual, em prol dos/as trabalhadores/as e de seus/as filhos/as. Outra coisa absurda pelo atual governo é a diferenciação salarial que ocorre no interior da categoria magistério, em especial com os/as professores/as prestadores/as de serviço, que trabalham nas escolas exercendo a mesma jornada de trabalho, com a mesma função e responsabilidade que os/as efetivos/as, recebem menos do que estes/as. O **PSTU** defende a **isonomia salarial já, salário igual para trabalho igual**.

Um outro ponto não menos importante, feito pelo governo Ricardo Coutinho na educação estadual, foi o fim das eleições diretas para diretor das escolas em todo o Estado. Uma das conquistas mais importantes desta categoria, que foi ratificada recentemente pela luta da categoria em nível nacional, mas que foi desprezada e rejeitada por um governo que se diz “amigo dos trabalhadores”. Tal governo, junto com a PMJP, acionou o Ministério Público Estadual para que este movesse uma ação na justiça paraibana contestando este direito conquistado há anos pela categoria, fruto de sua luta nas ruas e nas escolas. Mas a justiça patronal, o TJPB, em novembro de 2016, deu ganho de causa a tal ação e, desde então, a direção das escolas estaduais voltou a ser um “balcão de negócios” do governo estadual, e

uma moeda de troca para alianças políticas com os “chefes políticos” de cada cidade e região do Estado. O **PSTU** defende o ***imediato retorno das eleições diretas para diretor das escolas estaduais, com ampla e efetiva participação da comunidade escolar***, e que o mais votado seja definido como o novo gestor escolar.

É preciso falarmos também da “novidade” educacional que vem sendo divulgada, de vento em popa, pelo atual governo estadual: a escola integral. O PSTU defende a escola integral como um princípio educacional a ser seguido, mas não o modelo implantado pelo governo Ricardo Coutinho. E qual a diferença? A diferença fundamental entre o que existe hoje na Paraíba e o que o movimento da Educação, historicamente, defende é uma só: o que existe em nosso Estado é uma ***Educação em tempo integral e não uma escola integral***. Trata-se de um debate conceitual, mas com implicações diretas no cotidiano de alunos/as, professores/as e comunidade em geral. Pois disso depende a qualidade do ensino a ser oferecido nestas escolas, consequentemente.

Quando citamos escola integral, presume-se que todos os conteúdos ministrados naquela unidade de ensino estão integrados dentro desta, mas também articulados com outros saberes, vindos de fora da escola, mas que pertencem ao conhecimento dos/as alunos/as, professores/as e comunidade em geral. Isso sem falar na estrutura física das escolas estaduais na Paraíba que, em sua imensa maioria, são insuficientes ou não existem para comportar uma denominada escola integral. Na verdade, o que há hoje em nosso Estado é um verdadeiro “depósito de alunos/as”. Outro problema refere-se aos/às professores/as, cuja jornada de trabalho vem sendo alterada pelo governo do Estado, afrontando diretamente o artigo 37 da Constituição Federal, que garante a tais profissionais acumularem dois empregos. Porém, tal direito constitucional, garantido pela atual legislação, está sendo violado por um governo que agride conquistas dos trabalhadores, ao mesmo tempo que promove afagos aos ricos, como a isenção fiscal de cerca de R\$ 2 bi.

O PSTU defende também concurso público para todas as categorias. É inaceitável que as escolas estaduais não possuam especialistas, como psicólogos, assistentes sociais, orientadores educacionais, dentre outros. Defendemos também o pagamento do Piso Salarial Nacional do Dieese (que, segundo o próprio, é de **R\$ 3.674,77**, em julho/18), para uma ***jornada de 20 horas/aula***, segundo a bandeira histórica do movimento docente da educação básica nacional.

#### **10. Do PIB, 10% para Saúde Pública, Gratuita, Democrática e de Qualidade sob controle dos trabalhadores!**

A saúde pública definha na Paraíba. Existe hoje um duplo processo de precarização e privatização dos serviços, expressão da falta de investimentos públicos no setor. Em geral, o Estado gasta muito pouco do PIB com saúde. Defendemos a aplicação de 10% do PIB para a Saúde já, cujos recursos poderiam vir do pagamento da dívida pública e do fim das isenções fiscais em nosso Estado. Vamos, na Paraíba, resgatar o Hospital de Trauma de João Pessoa para o Estado. Iremos rescindir o contrato com a Cruz Vermelha Brasileira e voltar a fazer esta unidade de saúde funcionar sob a administração do Estado, mas sem os vícios do passado, como empreguismo e favorecimento de setores privados operando naquela unidade, às custas da utilização de mão de obra estatal.

O **PSTU** garantirá também aos/às trabalhadores/as do setor as conquistas e direitos de suas categorias, cerceadas pelos sucessivos governos estaduais.

#### **11. Pelo direito à vida. Moradia para os trabalhadores**

O Estado viveu nos últimos anos um verdadeiro boom imobiliário. Nunca as empreiteiras e construtoras lucraram tanto. Mesmo assim, persiste o dramático déficit habitacional. Na Paraíba, segundo dados oficiais, este número chega a 120 mil moradias na Paraíba. Defendemos um plano de obras públicas para a construção de moradias que possa ao mesmo tempo avançar na questão de desemprego e na falta de habitações dignas à população mais pobre.

Para o **PSTU**, este plano de obras públicas como solução do grave problema de moradia deve ser assumido pelo governo estadual, através do resgate da CEHAP em sua origem, como uma empresa estatal que atendia aos interesses dos mais pobres, em todo o Estado. Mas, uma CEHAP bem diferente da anterior, sob controle dos trabalhadores, sem interferência de empreiteiras nem de construtores, pois daí vem um dos pilares da corrupção que assola nosso país (vide Odebrecht). Esta será uma alternativa importante ao Minha Casa, Minha Vida (MCMV) que já não atende mais à classe trabalhadora, mas sim à especulação imobiliária. O dinheiro para esse plano de obras públicas, feito a partir de uma nova CEHAP, a serviço da classe trabalhadora de nosso Estado, virá do não pagamento da dívida pública da Paraíba junto com o fim das isenções fiscais, que hoje servem apenas para encher os bolsos dos ricos e poderosos desse Estado.

## **12. Saneamento básico para todos, sob controle dos trabalhadores**

Em pleno século XXI, o país tem regiões sem saneamento básico. Na Paraíba, muitas cidades não possuem saneamento básico na sua totalidade. Isso se reflete em inúmeros problemas de saúde e mortalidade, sobretudo infantil. Segundo o ***Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas, divulgado em 2017, dos 223 municípios paraibanos, 59% destes (cerca de 131) não possuem coleta de esgoto, enquanto outros 43% (cerca de 95) não têm tratamento de esgoto.*** É preciso investimento maciço em saneamento básico para todos. Este investimento é ínfimo em nosso Estado. O atual governo investe muito pouco nesta área, apesar de se ter um candidato que ocupou durante anos a pasta de infraestrutura no Estado, mas nunca se preocupou com tal assunto.

## **13. Salário igual para trabalho igual**

As mulheres representam metade da classe trabalhadora no país e na Paraíba. Mesmo assim, amargam piores salários, reflexo do machismo que predomina em nossa sociedade. Em pleno século XXI, as mulheres recebem cerca de 70% do que os homens, mesmo exercendo a mesma função. Exigimos salário igual para trabalho igual. Além disso, políticas públicas para as mulheres e de combate ao machismo, como a aplicação da Lei Maria da Penha, construção de casas abrigo e descriminalização do aborto.

Na Paraíba, recentemente, durante a celebração dos 12 anos da lei Maria da Penha, o Ministério Público Estadual divulgou que, a cada 5 minutos, uma mulher é vítima de violência em nosso Estado. Isso significa que, por hora, 10 mulheres são agredidas na Paraíba, e por dia, isso representa, 240 por dia. Ao mês, representa um total de 7200 mulheres vítimas de violência em um dos Estados mais machistas do país. Não à toa, a Paraíba aparece como um dos Estados mais violentos contra a mulher em todo o Brasil. Ainda segundo o MP, entre janeiro e junho deste ano, “foram oferecidas 965 denúncias baseadas na Lei Maria da Penha” (<https://www2.pbagora.com.br/noticia/paraiba/20180807071016/mppb-denuncia-crescimento-de-violencia-contr-a-mulher-na-pb>). Ou seja, devem ter mais denúncias do que as presentes ao MP, pois segundo o próprio movimento de mulheres, as vítimas de violência ainda não costumam apresentar tais denúncias com frequência, por vários motivos, entre eles, temendo a retaliação do agressor e/ou a incompreensão da família, dentre outros.



O **PSTU** defende o combate sistemático à violência contra a mulher, através de incentivos educacionais, como maior aplicação da lei Maria da Penha, com debates nas escolas estaduais sobre a questão da mulher. Defendemos também a instalação de casas-abrigo em todas as cidades de nosso Estado, além de mais delegacias especializadas da mulher, abertas nos finais de semana (ao contrário do que ocorre atualmente). Defendemos 1% do PIB no combate à violência contra a mulher, além de maior apoio à lei do feminicídio. Defendemos combater o machismo, na defesa da mulher trabalhadora, para que possamos garantir a igualdade e direitos para todas as mulheres, com aborto livre e seguro, creches, além de salário igual para trabalho igual.

#### **14. Combate ao racismo**

Combate implacável ao racismo e o mito da democracia racial: reparações históricas, inclusão da disciplina História da África e dos Afro-Brasileiros no currículo escolar, respeito às diferenças e fim das desigualdades entre brancos e negros. Abaixo o racismo religioso, fim da superexploração, do genocídio da juventude pobre e negra, do feminicídio e dos estupros coletivos contra as mulheres negras e pobres da periferia.

Na Paraíba, infelizmente, este quadro acima citado não é diferente. Segundo o Atlas da Violência do Ipea, de 2018, o índice de homicídios de negros por 100 mil, na Paraíba, foi de **46,5%**, em 2016. Além disso, a alta de taxa de analfabetismo encontrada em nosso Estado (cerca de 16%), encontra repercussão em torno de 70% do povo negro da Paraíba. Ou seja, o analfabetismo em nosso Estado tem cor. Isso tudo é sintoma de um racismo impregnado em nossa sociedade, com o qual o **PSTU** não tem acordo e combate sistematicamente.

#### **15. Combate à homofobia, por uma vida livre de preconceitos**

A Paraíba amarga a triste colocação de primeira colocada no ranking nacional do assassinato da população LGBT. O governo Ricardo Coutinho assiste a tudo isso sem tomar **nenhuma** providência em relação a isso, As delegacias de combate aos crimes homofóbicos fecham nos finais de semana, assim como as das mulheres, determinando assim uma senha para a matança indiscriminada de gays, lésbicas, travestis e transsexuais em nosso Estado.

Vivemos em um Estado não apenas machista e racista, mas também lgbtfóbico, vide a recente polêmica causada em torno da “lei do cartaz”, aprovada na Assembleia Legislativa estadual, que prevê tão somente multa ao comerciante que não respeitar, em seu estabelecimento, a identidade de gênero e a orientação sexual das pessoas. O **PSTU** defende o fim da LGBTfobia e da transfobia, além do desarquivamento e aprovação do PL 122, que trata da criminalização da lgbtfobia. Defendemos também o reconhecimento das identidades trans (com a consequente regulamentação de seu nome social, assim como de outros setores lgbts) e a despatologização da transexualidade. Defendemos também o acesso ao atendimento médico que supra as demandas das LGBT pelo SUS.

Iremos combater a homofobia com base na aplicação rigorosa das penalidades para este tipo de crime, assim como educando nossa juventude desde a mais nova idade. Aplicaremos em toda a rede estadual de ensino e saúde a cartilha de combate ao preconceito contra o segmento LGBT, procurando construir uma nova geração sem preconceitos nem discriminações. Aplicaremos uma educação nas escolas estaduais que ensine o respeito e a diversidade.

#### **16. Não à criminalização dos movimentos sociais, desmilitarização da PM sob controle dos trabalhadores**

O país vive uma conjuntura de aumento das lutas e greves. Os governos, a Justiça e a polícia, no entanto, enfrentam essas mobilizações com criminalização e repressão. A Paraíba possui duas

das 50 cidades mais violentas do mundo, segundo o relatório da organização “Segurança, Justiça e Paz”, de 2017. João Pessoa aparece em 30º, à frente de grandes cidades como Manaus, Porto Alegre e Detroit, e Campina Grande surge em 47º, à frente de cidades como Teresina e Vitória. Em todo o país, milhares de ativistas foram detidos e centenas estão sendo indiciados. Defendemos a desmilitarização da Polícia Militar, fim da Força Nacional de Segurança, fim das intervenções militares nas comunidades pobres; direito dos trabalhadores e dos bairros pobres à autodefesa e ao armamento; eleição direta para delegados e juizes nos bairros, que devem ser controlados por comitês populares locais; direito de greve e de sindicalização para as forças de segurança e chamado às suas bases para que estas não acatem ordens de comandos e governos para reprimir as lutas da classe trabalhadora e do povo pobre. É preciso também garantir reajuste imediato nos salários das forças de segurança, com alguns direitos garantidos, hoje inexistentes, como o risco de vida. Além disso, o **PSTU** defende o fim de toda legislação repressiva e de criminalização dos pobres das lutas e dos movimentos sociais, introduzidas nacionalmente e espalhadas pelos Estados, especialmente a partir das jornadas de junho.

O **PSTU** defende ainda a descriminalização e legalização das drogas como política para acabar com o narcotráfico e que seja garantida ao Estado as plenas condições para determinar uma política pública de saúde neste caso.

**Rama Dantas - candidata a Governadora**

**Emanuel Candeia - candidato a Vice-Governador**